

Cornélio Tácito e a alguns aspectos da autoridade historiográfica na Antiguidade Clássica

Enviado em
27/05/2012

Aprovado em
04/07/2012

Mamede Queiroz Dias

Mestrando em História na Universidade Federal de Ouro Preto.
mamede.queiroz@gmail.com

56

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a constituição da autoridade historiográfica na Antiguidade. Em especial, daremos destaque à posição ocupada pelo historiador latino Cornélio Tácito (55/57-120 d.C.), que escreveu suas obras entre o final do século I e meados do século II. Portanto, retomaremos historiadores greco-romanos da Antiguidade e, com isso, almejamos apontar algumas particularidades da autoridade historiográfica taciteana no contexto do Principado.

Palavras-chave

Autoridade, historiografia antiga, Cornélio Tácito.

Abstract

This paper aims to analyse the making of historiographic authority in Antiquity. It is given special emphasis to the place occupied by the Latin historian Cornelius Tacitus (55/57-120 A.D.), who composed his works between the end of the first century and the middle of the second century. To achieve this end, it will be analyzed Greek and Roman historians to highlight some peculiarities of Tacitean historiographic authority under the Principate.

Keywords

Authority, ancient historiography, Cornelius Tacitus.

Autoridade e historiografia antiga

Dizei-me agora, Musas que a olímpica morada tendes,
Pois vós sois deusas, presentes estais a tudo e tudo sabeis
(HOMERO, *Iliada*, II, 484-493).

Elas (as Musas) certa vez, a Hesíodo, ensinaram belo canto
(HESÍODO, *Teogonia*, XXII).

No poema épico, em seu prelúdio, o poeta invoca a sabedoria das Musas para começar sua obra e, por meio da inspiração recebida, o aedo poderá celebrar os deuses ou os grandes feitos dos heróis. As Musas são seres divinos, segundo Hesíodo, filhas de Zeus e da Memória. Elas tudo sabem; podem ver presente, passado e futuro. Deste modo, o que autoriza a narrativa do poeta é a palavra divina. Em Homero, o *eu* do aedo recebe e transmite a palavra divina, e as Musas transferem essa autoridade ao aedo, agora vaticinado por elas. É um *eu* transmissor. Apenas enquanto dura a sua performance é vazio, sem nome e sem autoridade próprios. (HARTOG, 2001: 35-6).

A emergência da história está situada justamente na mudança da testemunha – aquela que vê, que presencia –, desloca-se das Musas para o homem, ou melhor, para o historiador. Como destaca François Hartog, o olho – o *ver* – é o elemento que autoriza a narrativa de Heródoto. É o olho como uma marca de enunciação, o “*eu vi*” como uma intervenção do narrador na narrativa para provar. Retomando Benveniste, Hartog destaca a etimologia da palavra *histor*, que é, “*em época muito antiga, a testemunha, ‘a testemunha enquanto aquele que sabe, mas, desde logo, também enquanto aquele que viu.’*” (HARTOG, 1999: 273-4). Assim, é sob a autópsia que se desenvolverá a historiografia grega. A constante epistemológica do *ver* balizou a transformação do elemento que dá autoridade à narrativa, da epopéia a história, dando vida à historiografia.

Como aponta John Marincola, se o narrador de Homero é em larga medida intrusivo, já em Heródoto, constantemente, ele chama a atenção para o seu papel como organizador e expositor de sua história, recordando à audiência de sua viagem e de seu trabalho investigativo. (MARINCOLA, 1997).

Esta a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo, sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, se tornem sem fama – e, no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contra os outros. (HERÓDOTO, *Histórias*, I: 1-5).

No prefácio das *Histórias*, Heródoto aponta para o seu inquérito, o

trabalho que sustentará o resultado de sua investigação. Além do ver, necessário a comprovação, para a constituição da autoridade daquele que esteve presente, é preciso que o narrador descreva. Como assinala Marincola, Heródoto está sempre preocupado com o seu público e, no que diz respeito à recepção dos ouvintes, parece assumir a questão que estaria constantemente pressuposta na mente de sua audiência: “*como você sabe?*” (MARINCOLA, 1997: 8). Desta forma, como apontou Hartog, o olho organiza o visível, bem como o autentifica: “*descrever é ver e fazer ver*”. (HARTOG, 1999: 261).

Na esteira de Heródoto, é Tucídides quem mais claramente firmou a preeminência da autópsia como caminho para legitimar a escrita da história. E esse princípio metodológico estabeleceria a única possibilidade para se escrever a história no tempo presente. Afirmou Tucídides, “*as coisas anteriores e mesmo as que eram ainda mais antigas era impossível descobrir com clareza*” (TUCÍDIDES, *Guerra do Pelosponeso*, I, 1), pois a distância temporal impede que o historiador presencie o acontecido. Assim, para o presente se voltara a historiografia tucidideana, como apontado pelo historiador Grego no livro 5, convencionalmente chamado de segundo prefácio da *Guerra do Peloponeso*.

58

Escrevi o que se segue o mesmo Tucídides de Atenas, como cada coisa aconteceu por verões e invernos, até que os lacedemônios e seus aliados puseram termo ao poder dos atenienses e tomaram os muros e o Pireu. (...) Pois sempre me lembro, desde o começo da guerra, até quando terminou, muitos previam que deveria durar três vezes nove anos. Vivia inteiramente, compreendendo-a graças à minha idade e nela pondo minha atenção, a fim de saber alguma coisa de exata: aconteceu-me ficar exilado de minha pátria durante vinte anos, depois de exercer o cargo de estrategista em Anfípolis, e, assistindo de ambos os lados os empreendimentos – não menos os dos peloponésios, por causado exílio – compreendi os mais a vontade. (TUCÍDIDES, *Guerra do Peloponeso*, V, 26).

Tucídides foi de uma família aristocrática ligada à Trácia e cresceu em uma Atenas forte, tanto política quanto intelectualmente. E não poderia ser diferente, ao historiador ateniense cabe não apenas presenciar os fatos, mas também ter o conhecimento necessário para realizar as interrogações certas. Tucídides, como podemos observar na passagem acima, foi um general militar – estrategista – e viajante. Segundo Moses Finley, as críticas fundamentais que Tucídides fez à tradição oral – aos poetas – estão calcadas em dois pontos: a história, insinuava Tucídides, tratava de política e só poderia ser realizada no presente. (FINLEY, 1989).

Além do *ver* como condição epistemológica para esses historiadores gregos, a experiência teve também lugar de destaque. *Ver* e *descrever* eram elementos fundamentais. Porém, descrever certo assunto histórico sem o conhecimento da

matéria narrada não faria sentido. O reconhecimento, pelo público, do conteúdo narrado vinculava-se à experiência do historiador no assunto. Nesse sentido, o historiador grego Políbio, nascido na Arcádia por volta de 200 a.C., ressaltou que mesmo a autópsia poderia levar ao historiador cometer erros, pois, não tendo experiência necessária para guiar o seu inquérito, sua história estaria comprometida, já que não saberia o que procurar e o que perguntar.

Aquele que não tem consciência da prática não pode escrever sobre aquelas coisas que acontecem na Guerra, nem pode sem experiência na vida política escrever sobre esses tipos de eventos e seus pormenores (...) Sempre que eles tentam escrever sobre cidades e lugares, e isso é essencial, visto que estejam destituídos de alguma prática, que (...) eles possam omitir muitas coisas notáveis de se relatar, enquanto realizam coisas cujo valor não importa relatar.
(POLÍBIO, *Histórias*, XII, 25, 1-3)¹.

Como observado por Políbio, a experiência está intimamente ligada à qualidade do inquérito. Assim, aqueles que não conhecessem sobre o campo militar não poderiam descrever bem as guerras, e o mesmo acontece com a política, que, a saber, está muito próxima da guerra. De forma parecida, Luciano de Samósata, em *Como se deve escrever a História*, criticou certo historiador que narrou sobre os costumes dos Partos, em guerra, sem jamais ter viajado. Segundo Luciano, esse dito historiador, “*também muito ridículo*”, confundia o que os partos chamavam de “serpentes” – que para eles eram estandartes dos batalhões que conduziam uma fileira de mil homens – com “*enormes serpentes vivas que nascem na Pérsia*” e que seriam armas vivas utilizadas em guerras por esse povo, soltas e enviadas aos inimigos. (LUCIANO, *Como se deve escrever a história*, XXIX).

59

Na historiografia de Roma, como aponta Marincola, sobre os historiadores de antes do Império, pouco nos restou. Sabemos, indiretamente, da existência de Fabio Pictor e Postumo Albino, além de Catão, que de forma escassa chegou até nós. Contemporâneo de Políbio, o romano Catão é um dos poucos historiadores que resistiu ao curso do tempo. No que toca a experiência do homem que escreve a história, a historiografia romana esteve fortemente relacionada com a esfera política e militar. (MARINCOLA, 1997). Político e militar – o homem de experiência – são características de formação do homem romano e serão subsídios para dar autoridade, assim como ao aristocrata, àquele que busca se enveredar pelos caminhos da escrita da história.

Em Roma, o aprendizado da vida pública se iniciava por volta dos dezesseis anos, quando o romano abandonava sua toga bordada de púrpura para adquirir a toga viril. O simbolismo da troca daquelas insígnias, das infantis para aquelas

1 POLÍBIO *apud* MARICOLA, 1997: 73.

do mundo adulto, inseria o homem no quadro dos cidadãos. No entanto, a sua formação, que começava dentro da família, sob a tutela do *paterfamilias*, ainda não estaria concluída. Antes de assumir o serviço militar era preciso se dedicar por um ano ao “*aprendizado da vida pública*” (*tirocinium fori*), então seguia-se ao pai ou a algum outro patrono experiente. Acabado esse curto período no qual a experiência de outrem é observada,² o jovem iniciava-se no serviço militar, que por sua vez possuiria uma série de hierarquias e graduações a serem alcançadas. A ascensão dependeria de suas competências militares, ou, em alguns casos, verificada pela rápida elevação na carreira militar, através da interferência de um patrono forte. Após o período de serviço militar a formação prosseguia, seja o jovem acompanhando algum magistrado proeminente ou assumindo funções públicas. (MARROU, 1971: 361-5). Esse longo processo de formação era o que os romanos chamavam de *cursus honorum*.³

Aceitando essa linha de raciocínio, é nesse sentido, acreditamos, que Thomas Wiedemann aponta para a importância da autoridade (*auctoritas*), seja do líder da família (*paterfamilias*) ou do comandante militar (*imperator*). (WIEDEMANN, 2008: 517). Destaca-se assim na estrutura social romana a importância da carreira pública – empreendidas nas esferas política e militar – na constituição da virtude (*virtus*) e da moral do aristocrata romano (*mos maiorum*). De forma próxima, também o historiador, para que possa ter autoridade e seu trabalho reconhecido, não deveria, portanto, negar esses atributos que elevam o homem romano na esfera pública. Ao historiador dessa época caberia uma formação ideológica aristocrata. Sendo a aristocracia o público que lhe interessa, logo, o conhecimento das artes intelectuais são fundamentais para que ele possa descrever a matéria historiográfica e elevar-se entre seus pares. As esferas política, militar e retórica, portanto, são basilares na constituição da *auctoritas* do aristocrata romano. E nesse sentido, entre a historiografia e sua legitimação, John Marincola destaca o caráter do historiador romano: “*Auctoritas parece ter desempenhado um grande papel na credibilidade do governo romano do que nos gregos*” (MARINCOLA, 1997: 137).

Depois de Catão, como aponta Marincola, há uma grande incerteza sobre os escritos históricos na República. Se, por um lado, Catão destaca a importância da experiência política e militar para autorizar o caráter do historiador; Salústio,

2 Sobre o aprendizado e a formação Quintiliano nos fala sobre a importância da imitação: “*como de ordem natural da vida cada um, que queiramos fazer, nós mesmos, tudo aquilo que aprova, os nos outros. Assim, os meninos acompanham os sulcos das letras, para que se adquira a habilidade do escrever; de maneira semelhante os músicos imitam a voz de seus docentes, os pintores reproduzem as obras dos antecessores, os camponeses tomam para exemplo o cultivo comprovado pela experiência, enfim, constatamos que o começo de toda disciplina se forma segundo um modelo estabelecido anteriormente a si.*” (QUINTILIANO, *Inst.* X, 2, 2)

3 Na esfera pública, o *cursus honorum*, caso bem realizado, representava a projeção social do aristocrata ao se inserir na administração dos negócios da República.

por outro, em momento distinto da história romana, fez uma interessante distinção entre a escrita da história e a vida pública. Salústio separou, em certa medida, ao contrário dos seus antecessores, a vida pública da tarefa de escrever a história. (MARINCOLA, 1997). De família senatorial, Salústio Crispo tomou parte das guerras civis do século primeiro a.C. e alinhou-se ao partido de César. Nesse contexto projetou sua carreira política, no entanto, abandonou a vida política e dedicou-se à história. (HARTOG, 2001: 175).

Ora, se eles se lembrarem de que espécie de homens, no tempo em que exerci magistraturas, não foram capazes de atingir o mesmo, bem como, posteriormente, de que tipo de gente penetro no senado, pensarão certamente que foi com razão, mais que por preguiça, que meu estado de espírito mudou – e que a República lucrará mais com meu ócio do que com os negócios dos outros. (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IV, 4).

Salústio criou uma distinção entre o presente em que escreve e o passado em que exerceu as magistraturas. Ele constrói uma oposição entre *otium* e o *negotium*: “*A República lucrará mais com meu ócio do que com os negócios dos outros.*” (*maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae uenturum*). Como realçou Marincola, para justificar o abandono da vida pública Salústio constrói um quadro de decadência moral e destaca uma ruptura entre os homens de seu tempo e os de outrora. Por isso, os negócios (*negotium*) dos outros – os cargos públicos – correspondem às práticas viciosas dos homens de seu tempo, apontando para uma vida pública corrompida. Sendo assim, o historiador justifica o porquê decidiu viver longe dessa vida, e assume o *otium* como alternativa aos vícios. Com esses argumentos, Salústio buscava elevar-se diante dos seus contemporâneos e colocar-se como exemplo de autoridade, atribuindo concomitantemente uma utilidade à história.

Salústio, no mesmo capítulo IV da *Guerra de Jugurta*, também apontou para uma diferenciação que nos será útil quando nos focarmos em Tácito e nos *Anais*.

Como se a pretura, o consulado e todos os outros cargos do mesmo gênero fossem livremente ilustres e grandiosos em si mesmos – e não julgados segundo a virtude dos que os assumem. (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IV, 8)

Nessa passagem, o historiador talvez antecipe uma ideia que será desenvolvida em Tácito, na qual, sob o regime político do Principado, a escravidão tomaria conta da maior parte da aristocracia, a qual “*se acrescentava em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos do passado.*” (TÁCITO, *Anais*, I, 2). O aparente paradoxo do Principado construir-se-ia no perigo do

exercício das virtudes, que não mais teriam espaço nesse momento, já que ter destaque social nesse ambiente seria rivalizar com o *princeps*. Levando em conta esse paradoxo, os bajuladores e aqueles que soubessem tirar proveito da proximidade com a casa imperial e com o *princeps* assumiriam os cargos mais elevados na vida pública. De forma similar, como apontado por Salústio, os cargos públicos seriam assumidos não pelo valor de quem os exerce, mas pela indicação e força de alguma intervenção política. Na narrativa de Tácito sobre a dinastia Júlio-Claudiana, como destaca Fábio Joly, há uma tensão nesse contexto social entre o magistrado bajulador, que buscava o benefício privado, e aquele que possui uma ética em sua participação política. Ou seja, Tácito constrói uma fronteira frágil entre centralização e descentralização política no Principado. (JOLY, 2004).

Retomando a passagem de Salústio, sem nos esquecermos, no entanto, desse contexto paradoxal apresentado por Tácito sobre o Principado: o cargo político – a magistratura – sofreria assim um esvaziamento de sua função, já que, em si, ela não seria acompanhada de um indivíduo virtuoso que merecesse tal cátedra. Em certo sentido, o campo político estaria esvaziado de sua experiência e a *auctoritas* de quem ordena, diante daqueles que obedecem, estaria em larga medida suprimida pelo poder (*potestas*) e pelo benefício individual (*beneficium*). Acompanhando esse movimento sociopolítico característico do Principado em Tácito, ao historiador apenas caberia, como relatado por Salústio, se livrar dos vícios do presente e abandonar a vida pública? Acreditamos que Tácito nos trará algumas respostas para tal questionamento quando buscou criar uma terceira via entre escravidão e liberdade. Ele recoloca assim a autoridade como uma alternativa viável no Principado e, dessa maneira, reaproxima a competência historiográfica da vida política.

Em síntese, no que diz respeito ao peso da autoridade e da tradição na historiografia greco-romana antiga, Marincola afirma que a escrita da história jamais deixou de aproximar, como critério de legitimação desse tipo de conhecimento, o narrador do livro daquele que escreve:

Isso não é inesperado dado a importância na antiguidade do caráter da retórica e da vida real: sociedades estratificadas como Grécia e Roma se preocupam em grande medida com o status do locutor. A prova de que as coisas são como os historiadores dizem depende menos da percepção da audiência do que da personalidade do narrador: acreditar em um relato histórico, para isso era necessário acreditar no próprio historiador. (MARINCOLA, 1997:6).

Tal lógica de pensamento, que conecta a matéria narrada ao conhecimento de vida do autor, pode ser evidenciado em um trecho da *Arte Poética*, de Horácio.

Vós que escreveis, escolhei matéria à altura das vossas forças e pesai no espírito longamente que coisas vossos ombros bem carregam e as que eles não podem suportar. A quem escolher assunto de acordo com as suas possibilidades nunca faltará eloquência nem tão pouco ordem luzida. (HORÁCIO, *Arte Poética*, 38-41).

Autoridade e o Principado Romano.⁴

Prosseguindo nossa investigação sobre a autoridade do historiador e de sua obra na Antiguidade, para o caso específico de Cornélio Tácito se faz necessário uma breve explanação sobre o pano de fundo político em que esse historiador escreveu: o Principado.

Para compreendermos o advento do Principado Romano será importante recuarmos alguns anos na história de Roma. Nesse contexto, entre a República e o Principado, os séculos II e I a.C. foram decisivos para uma transformação na ordem de governo dessa sociedade. Segundo Geza Alföldy, nesse período, a República romana enfrentava conflitos de naturezas heterogêneas, podendo ser divididos, de uma maneira geral, em quatro tipos: os três primeiros compreendiam as lutas de escravos, a resistência dos habitantes das províncias contra a opressão romana e a luta dos itálicos contra Roma; o quarto, e talvez o de maior impacto nos conflitos do final da República, tinha lugar entre os cidadãos romanos, que se encontravam divididos entre dois partidos políticos opostos: *optimates* e *populares*. (ALFÖLDY, 1989). O confronto, inicialmente restrito ao espaço político, desencadeou no século I a.C. uma série de conflitos armados entre os dois grupos. Por fim, a guerra civil se encerrou em 31 a.C., na chamada batalha do Ácio, travada entre Marco Antônio e Otaviano. Este último deu fim aos conflitos civis e foi um dos responsáveis por reorganizar a forma de se governar em Roma. Esse momento foi narrado pelo próprio Otaviano. Segundo ele, “*depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano.*” (AUGUSTO, *Res. Ges.*, XXXIV). O destaque de sua posição é sobressalente. Isso é evidente tanto na narrativa de Otaviano dos fatos ocorridos, em sua *Res Gestae*, texto inscrito em bronze e afixado na cidade de Roma após sua vitória, quanto nas moedas produzidas nesse período. Sobre a mesma ocasião, agora na visão de Tácito, “*a batalha do Ácio conferiu todo o poder a um só homem*” (TÁCITO, *Histórias*, I, 1) e, “*Roma não é outra coisa que se um imperasse.*” (TÁCITO, *Anais.*, IV, 32-33, 3). Portanto,

63

4 Principado (*Principatus*) deriva de uma especificidade na história de Roma, provém de Príncipe do Senado (*Princeps senatus*), aquele que honrosamente fora investido do privilégio de falar em primeiro lugar nas sessões do senado. Otaviano Augusto foi por 40 anos príncipe do senado. (AUG., *Res. Ges.*, 7).

a partir da ascensão de Otaviano ao governo de Roma (31 a.C. a 14 d.C.), um novo elemento político se inseria na estrutura administrativa do antigo governo romano, que agora não mais era exercido exclusivamente pelo Senado e pelas antigas magistraturas. A casa imperial (*Domus Caesaris*) passou a assumir parte de importante na estrutura administrativa desse novo regime. Consolidavam-se as bases de um novo momento: o *Principatus*.

Como bem apontou Ronald Syme, em sua obra *The Roman Revolution*, *auctoritas* é a palavra que melhor define a posição de Otaviano. No entanto, seus inimigos poderiam muito bem ter chamado de *potentia*. (SYME, 1939). A tensão apontada por Syme não é uma especificidade desse momento. Como destacamos anteriormente, a disputa política entre *optimates* e *populares* trouxe à tona uma série de líderes políticos, como, para citar dois que alcançaram a hegemonia por breves períodos: C. César e G. Pompeu. Os dois possuíam apoiadores no Senado, e esse suporte ia além da assembléia (*comitium*) senatorial, firmando-se entre as casas aristocráticas por laços de amizade e clientela. Quando os interesses dessa oligarquia romana entraram em conflito, outros setores sociais interdependentes daqueles também se envolveram, e a guerra civil emergiu. Era o que os gregos chamavam de *stasis*, como nas palavras de Aristóteles na *Política* (V 1301b): “os homens viram-se para a *stasis* por desejo de igualdade.”⁵

64 Syme ainda destaca que, mesmo talentoso e poderoso, Otaviano não poderia sustentar-se sozinho. Ele precisava de aliados. E, nesse sentido, “o governo de Augusto foi um governo de um partido, e em certos aspectos seu Principado foi como um sindicato.” (SYME, 1939: 7). A nova situação se apresentava: Otaviano conseguiu o que o seu tio César não havia feito: acabou com a *stasis* em Roma, criou estabilidade a partir da negociação com a aristocracia por meio de alianças de sua casa (*domus*) com as demais casas que partilhavam da estrutura de poder do governo romano. O reconhecimento máximo de sua *auctoritas* pelos aristocratas acontece com o título de Augusto (*Augustus*) atribuído pelo Senado a Otaviano no ano 27 a.C.⁶

De acordo com Kristina Milnor, a visão de Augusto sobre a República Romana tinha na família, especialmente a do imperador - e com ela a sua vida doméstica -, o espaço central no qual a vida cívica poderia ser constituída.

5 ARISTÓTELES *apud* FINLEY, M. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 52. Segundo Finley, “to be sure, the aim of any *stasis* was to bring about a change in some law or arrangement, and any change meant a loss of rights, privileges or wealth to some group, faction or class, for whom the *stasis* was accordingly seditious.” (FINLEY: 1983: 106).

6 Como aponta o biógrafo C. Suetônio (69-130 d.C.), em sua obra *De Vita Caesarum*, no livro sobre a *Vida do Divino Augusto*, o nome Augusto foi dado a Otaviano por uma resolução de Munácio Planco, e teria sido escolhido pois designava “um cognome não apenas novo, mas também grandioso, pois tanto santos como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados “Augustus.” (SUET. *Vida do Divino Augusto*, VII).

(MILNOR, 2005). O paradoxo criado com tais medidas fazia parte do projeto de construção do Estado Romano realizado pelo *princeps*. Assim, a posição de Otaviano no governo e a adesão de sua *domus Caesaris* nos negócios públicos fizeram a diferenciação entre o público (*publicus*) e o privado (*privatus*) ficarem ainda mais complexa.

É possível percebermos a complexidade desse novo momento político em Tácito, no livro 13 dos *Anais*, quando ele descreve o primeiro discurso do imperador Nero para o Senado. Segundo Tácito, Nero pretendia em sua conduta de governo fazer com que os interesses da República fossem distintos dos negócios de sua casa (*discretam domum et rem publicam*). (TÁCITO, *Anais*, XIII, 4, 2). Aqui, a diferenciação semântica entre *publicus* e *privatus* permanece. O campo público, da *res publica*, está separado do privado, da *domus*. Entretanto, em outra passagem, agora no primeiro livro das *Histórias*, Tácito, ao falar do general e imperador Oto (68 d.C.), fez uma diferenciação entre uma casa particular (*domus privata*) e a corte do imperador (*aula Caesaris*), na qual a última se destacava das demais, pois possuía as “*facilidades dos casamentos e ávido de outras devassidões de reinos desta espécie*.” (TÁCITO, *Histórias*, I, 22, 1). Nesse trecho, Tácito cria uma distinção entre *domus privata* e *aula*, o que nos remete a posição superior e despótica do *princeps*.

Sobre a compreensão do regime político do Principado, Tácito, tanto no segundo capítulo do livro I dos *Anais*, quanto no primeiro capítulo do livro I das *Histórias*, nos apresentou o seu olhar sobre a consolidação do poder de Augusto após a batalha do Ácio. Como aponta Fábio Joly, Tácito apreendia a constituição e a consolidação do Principado como sendo realizados por meio da concessão de benefícios por Augusto aos demais grupos sociais em jogo: a plebe, os exércitos e a aristocracia. (JOLY, 2004).

Sobre a ascensão de Augusto, assim relatou o historiador latino no início dos *Anais*:

(...) Otaviano já sem encontrar oposição, porque os mais altivos tinham morrido nos combates e proscricções, e o resto da nobreza, na proporção em que era disposta à escravidão, se acrescentava, com a nova ordem das coisas, em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos passados. (TÁCITO, *Anais*, I, 2).

A passagem acima nos revela parte da visão taciteana acerca de como foi arquitetado esse novo regime político. Para o historiador romano, o comportamento apresentado pela aristocracia, que voluntariamente abdica do próprio poder político em troca de honras e riquezas, visando à estabilidade político-social, deve ser qualificado como servil. Há nesse trecho um grande esboço feito por Tácito, que busca compreender a lógica de funcionamento do Principado. Segundo Fábio

Joly, esse comportamento aristocrático é reiterado em outros momentos das obras taciteanas. E a partir dessa conduta podemos perceber uma tensão constante, e necessária, no que tange à estabilidade do Principado, já que a liberdade (*libertas*) e a servidão (*servitus*) foram conceitos que Tácito, ao longo de suas obras, utilizou para classificar as dinâmicas opostas entre República e Principado, e também a interação entre o *princeps* e os demais aristocratas. (JOLY, 2004).

Autoridade e Cornélio Tácito

Cornélio Tácito nasceu por volta de 55 e 57 d. C., época do governo de Nero (54 a 68 d.C.). Teve carreira política, escreveu os *Anais* e as *Histórias* no final da vida, já tendo naquela época perpassado todo o *cursus honorum* romano. Diante desses feitos, em idade madura e conhecedor da matéria política, Tácito teria assim a autoridade necessária para efetuar o trabalho que se propõe a fazer: escrever a história do Principado. Tácito escreveu os *Anais* entre os anos 115 a 120, o conteúdo dessa obra compreende a narrativa da dinastia Júlio-Claudiana. Das *Histórias*, que foi escrito anteriormente aos *Anais* (107 ou 108 d.C.), se narram os acontecimentos que transcorreram da morte de Nero, em 68, até o governo de Domiciano, em 96. Essas duas são as obras mais extensas do autor e foram escritas sob o governo do *princeps* Trajano (98 a 117 d.C.), possuindo o historiador em torno de 65/68 anos.

No prefácio dos *Anais*, após fazer uma breve retomada dos líderes políticos na história de Roma, Tácito lançou o seguinte argumento sobre a legitimidade de sua história:

Mas os antigos feitos do povo romano foram já narrados por ilustres escritores, assim como para o governo de Augusto não faltaram, até que a adulação crescente fosse corrompendo os mais formosos talentos. De Tibério, Caio, Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas. Eis porque empreendi narrar, de Augusto pouco e seu fim, e depois o principado de Tibério e os seguintes, sem ira nem afeição, pois destas causas mantenho distância. (*Ann*, I, 1, 2-3).

Com a célebre assertiva na qual o autor se propôs a narrar a história do Principado *sine ira et studio*, o historiador latino, como apontou Fábio Joly, distinguiu nesse capítulo três temporalidades do passado. A primeira se referindo ao momento político antes de Augusto, onde “*ilustres escritores*” puderam narrar os feitos do povo romano. A segunda aconteceria entre aqueles historiadores que viveram sob os governos de Tibério, Caio, Cláudio e Nero. Tácito desautoriza a historiografia sob tais *principes*, pois o medo e o ódio não deixaram com que esses historiadores falassem com verdade. A terceira camada temporal estaria localizada

em seu momento, no qual ele, Tácito, retomaria a antiga forma de se escrever, pois, dos temores e adulações promovidos pelos Júlio-Claudios, dessas causas ele se mantinha distante. (JOLY, 2001: 27).

Ao anunciar que os historiadores dos tempos da dinastia Júlio-Claudiana não puderam escrever com verdade, Tácito aponta para a condição do seu presente. Dito isso, por que então o historiador teria condições superiores de relatar os feitos daquela época e qual seria a condição que daria autoridade à sua narrativa? Tanto nas *Histórias* como na *Vida de Agrícola*, Tácito nos deu informações sobre o seu presente, ressaltando o momento oportuno em que escreveu e viveu. Sobre o governo dos *principes* Nerva e Trajano, nas *Histórias*: “*tempos felizes e raros, nos quais se pode pensar livremente e dizer o que se pensa.*” (TÁCITO, *Histórias*, I, 1, 4). Já na *Vida de Agrícola*, biografia de seu sogro, elogiou seu momento contemporâneo: o *princeps* ligou “*de novo o que anteriormente era incompatível, império e liberdade, embora todos os dias aumente Nerva Trajano a felicidade da época.*” (TÁCITO, *Vida de Agrícola*, III).

Ora, se o momento vivido por Cornélio Tácito fora mais propício a verdade histórica, nós não podemos desconsiderar o fato de que esse historiador também viveu sob o Principado. Tácito, então, tende a relacionar a historiografia ao momento político, o que o levaria a dizer que no momento republicano os historiadores não estavam constrangidos pelo poder de um único homem como acontece no Principado. Logo, os *principes* da dinastia Júlio-Claudiana impossibilitaram que os historiadores falassem com verdade. No entanto, sob Trajano, ligou-se novamente liberdade e império. Dessa maneira, como ressalta Joly, Tácito cria um hiato entre os historiadores da República e os de seu momento político, sugerindo assim uma continuidade entre aqueles primeiros e ele. (JOLY, 2001).

Segundo Tácito, Trajano fora o *princeps* que resgatara a liberdade. No entanto, cabe uma interrogação nesse momento: Como saber se os elogios ao *princeps* condizem com a virtude de Trajano, ou apenas funcionavam como uma manobra política, um artifício que protegeria a sua historiografia dos perigos de se falar o que não se deve?

Conclusão

Se, de acordo com Tácito, a escravidão tomaria conta da maior parte da aristocracia, e esse novo regime se estabeleceria por meio de um acordo entre o *princeps* e os demais grupos sociais – a aristocracia, a plebe e o exército –, como ficaria o papel do historiador nesse contexto? Se a liberdade republicana não é mais possível de ser encontrada no Principado, devido à atuação do *princeps* e do poder da *domus Caesaris*, como se escrever história no Principado?

O Principado, portanto, foi, em muitos momentos, apresentado por Tácito

como ambíguo. Liberdade e escravidão foram conceitos utilizados pelo historiador para construir uma constante tensão entre o *princeps* e os demais agentes políticos. No entanto, não significa que os dois conceitos funcionem de forma diretamente oposta, onde a liberdade (*libertas*) se apresentava como o lado positivo e a escravidão (*seruitus*) o negativo. Para esse conflito, Tácito nos apresentaria uma terceira via:

Sobre Lépido, tenho notícia de que foi um homem circunspecto e sábio naqueles tempos: muita coisa corrigiu das exageradas adulações dos outros, e entretanto pôde manter sua autoridade e crédito perante Tibério. Isso me leva a por em dúvida se a benevolência dos príncipes para com outros é determinada, como tudo mais pelo destino ou acaso do nascimento, ou se depende de nós mesmos, estando a nosso alcance achar entre a contumácia repentina e a subserviência disforme um caminho isento de ambições e de perigos. (TÁCITO, *Anais*, IV, 20, 7).

O historiador destacou a posição do senador Lépido no governo pois, sem estar sujeito, por um lado, à bajulação e, por outro, à liberdade demasiada de outrora, pôde manter sua autoridade frente ao *princeps* Tibério. Colocando em destaque essa postura de equilíbrio do senador, Tácito nos revelou uma via possível para o exercício da carreira política, na qual ela não fosse esvaziada de virtude, como analisamos em Salústio.

68

Essa postura pode ser também pensada para a autoridade historiográfica, visto que sua constituição está intrinsecamente ligada ao papel político do homem que escreve. Dessa maneira, Cornélio Tácito, da mesma forma que o senador Lépido, edificaria sua autoridade a partir da possibilidade de se escrever *sine ira et studio* a história do Principado, tendo em vista a utilidade pública de sua obra, da mesma forma que os magistrados que seguem essa terceira via.

Portanto, a tensão entre *libertas* e *seruitus* foi importante para a compreensão e o julgamento do historiador latino sobre o momento político do Principado e, conseqüentemente, interferiu diretamente na sua prática historiográfica. Aceitando esse raciocínio, a historiografia do Principado só poderia ser exercida com verdade e imbuída de autoridade se percorrido um caminho equilibrado (*moderatio*) entre a bajulação voluntária e liberdade excessiva.

“(...) porque, não é aqui como nos Estados governados por reis, onde uma família governa e todos os outros obedecem. Ides governar homens que não podem suportar, nem servidão absoluta nem inteira liberdade. (TÁCITO, *Histórias*, I, 16).

Referências Bibliográficas.

Fontes:

LUCIANO. *Como se deve escrever a História*. Tradução e ensaio de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

SUETÔNIO & AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Suetônio e Augusto*. Trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

HORACE. *Odes and Epodes*. Edited and translated by Niall Rudd. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 2004.

HORACIO. *Arte Poética*. Introdução, Tradução e Comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

QUINTILIANO. *Instituições Oratórias*. Tradução e Ensaio de Antônio Martinez Resende. *Rompendo o Silêncio: A Construção do Discurso Oratório em Quintiliano*. São Paulo: Editora Crisálida, 2010.

TÁCITO. *Anais*. Prefácio de Breno Silveira e Trad. de J. L. Freire de Carvalho. Série Clássicos Jackson, Vol. XXV São Paulo: Editora Brasileira, 1957

TACITUS. *Annals*. Translated, with introduction and notes, by A. J. Woodman. Hackett Publishing Company, Inc. Indianapolis/Cambridge, 2004

TACITE. *Annales*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer. 3 vols. Paris, Les Belles Lettres, 1953.

_____. *Histoires*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer. 2 vols. Paris, Les Belles Lettres, 1951.

TÁCITO. *Vida de Agricola*. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA., 1974.

TACITUS. *The Histories*. Books I-III. The Loeb Classical Library. Edited by G.P. Goold. Translated by Clifford H. Moore. London: Harvard University Press, 1925.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1982.

Livros e artigos:

ALFÖLDY, Géza. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

FINLEY, Moses. I. *Uso e Abuso da História*, 1989

_____. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1984,

_____. *Politics in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1983.

HARTOG, François. *A História de Homero à Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

70

JOLY, Fábio D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito*. In. : *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 25-50, 2001

MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge University Press, 1997.

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora da USP, 1971

MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity, and the Age of Augustus Inventing Private Life*. Oxford University Press, 2005.

WIEDEMANN, Thomas. "Reflections of Roman political thought in Latin historical writing." IN.: ROWE, Christopher & SCHOFIELD, Malcolm. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge University Press, 2008, pp. 517-31.